**A CRISE FINANCEIRA E A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA DIMINUIÇÃO DA TAXA DE JUROS PARA EMPRÉSTIMOS COM O OBJETIVO DE DIMINUIR OS IMPACTOS DA CRISE.**

Manoela do Valle Pereira[[1]](#footnote-1)

Marcos Antônio de Souza2

Ricardo Luis de Souza3

Vilson Vieira Zimermann4

**RESUMO**

Tudo hoje gira em torno do sistema financeiro a grande preocupação é o capital, ele tem que permanecer circulando a maior fatia do ativo atual é proveniente de vendas a crédito e títulos a receber, é necessário possibilitar uma melhor liquidez. A saída mais adequada está na conversão dos direitos creditórios, como os créditos e os ativos recebíveis, em títulos passíveis de negociações, têm-se a securitização como alternativa viável e que se pode, em um nível de organizações de grande porte, encontrar a solução adequada, permitindo a obtenção de recursos. [(ALCAIRE, 2013)](#_bookmark12)

A crise econômica na esfera internacional afetou o mercado brasileiro ameaçando o desenvolvimento econômico. Considerando a resposta do governo diante da Crise, nesse período de instabilidade internacional, faz-se necessário uma análise acadêmica pautado numa visão jurídica para construção do entendimento. Considerando que a estabilidade do mercado depende de uma série de questões globalizadas, bem como micro e macro sociais, sendo construído dialeticamente essa economia dentro dessa esfera, pois o mercado brasileiro é misto, ou seja, hora se auto ajusta e hora necessita da ajuda do Governo. O artigo em questão pretende problematizar a crise de 2008, bem como apresentar como o ocorreu essa crise e as medidas provisórias do governo a saber diminuição da taxa de juros para empréstimos com o objetivo de diminuir os impactos da crise, buscando entender a política fiscal no enfrentamento da crise econômica que atingiu o Brasil à partir do último trimestre de 2008, visando um olhar mais amplo sobre a crise, como um instrumento de informação para toda a sociedade.

**Palavras-chaves:** Crise Financeira; Securitização; Mercado Brasileiro; Redução da Taxa de Juros; Banco Central;

**ABSTRACT**

Everything today revolves around the financial system, the major concern is the capital, he has to remain circling the largest share of current assets is derived from credit sales and receivables, it is necessary to enable better liquidity. The most appropriate output is the conversion of receivables, such as loans and receivables assets in securities subject to negotiations, have to securitization as a viable alternative and that it can, at a level of large organizations, finding the solution appropriate, allowing to obtain resources. (ALCAIRE 2013)   
The economic crisis in the international sphere affected the Brazilian market threatens economic development. Considering the government's response in the face of crisis, this period of international instability, it is necessary an academic analysis ruled a legal approach to building understanding. Whereas the stability of the market depends on a number of issues globalized as well as micro and macro social, and built this economy dialectically within this sphere, because the Brazilian market is mixed, ie, time and time adjusts itself needs the help of Government. The article in question is intended to discuss the crisis in 2008, as well as presenting this crisis and the provisional government measures namely a decrease in the interest rate for loans with the goal of reducing the impacts of the crisis occurred, seeking to understand fiscal policy in coping with the economic crisis that hit Brazil from the last quarter of 2008, aiming at a broader look at the crisis as an information tool for the whole society. **Keywords:** Financial Crisis; Securitization; Brazilian Market; Interest Rate Reduction; Central Bank;

**Introdução**

A Economia Brasileira em meados de 2008, sofreu intervenção direta do Estado, fazendo com que medidas emergenciais como a diminuição da taxa de juros para empréstimos e facilitação de crédito fossem tomadas. Este cenário precedente de uma crise internacional e multidimensional, fez com que o Estado, órgão responsável pela estabilidade Econômica, tivesse um papel importante nesse momento crítico.

Através deste estudo, pretende-se efetuar uma análise crítica sobre alguns dos efeitos advindos da política de redução das taxas de juros e de alíquotas do imposto sobre produtos industrializados (IPI), adotada pelo governo federal para o combate aos reflexos da crise econômica mundial de 2008-2009 no Brasil.

Para construção do artigo, faz-se necessário uma busca em periódico a saber, Revista Exame, livros, artigos e sites, levando em consideração a escassez de literaturas que problematiza a crise financeira de 2008, seguirá a pesquisa nessa linha pragmática.

**1. ENTENDENDO A CRISE DE 2008 E A SUA INFLUÊNCIA NA VIDA DOS BRASILEIROS**

A crise de 2008 ocorreu como início nos EUA decorrente de uma bolha especulativa imobiliária, dando origem a quebra dos bancos no país e consecutivamente queda nas bolsas de valores no mundo inteiro.

O que desencadeou a crise internacional foi a ampla oferta de financiamento para a compra de imóveis, inclusive para aqueles sem poupança ou renda adequadas (crédito sub-prime, ou grande risco de crédito). A onda de inadimplência levou à queda dos preços dos imóveis e à quebra de parte do sistema financeiro da maior economia do mundo.

No Brasil os bancos encontraram taxas muito altas para tomar empréstimos no exterior, desencadeando diminuição dos produtos exportados e o aumento da taxa de desemprego no Brasil.

“A crise sistêmica que se espalhou pelo mundo atingiu fortemente a economia brasileira, tanto pela via do comércio exterior como pela via dos fluxos financeiros.” (FREITAS, 2009).

Há grande controvérsia na sociedade contemporânea no que diz respeito ao papel que o estado efetivamente assume e deve assumir.

O tema da política econômica como instrumento para a manutenção da atividade econômica durante a crise, ressurge diante deste quadro macroeconômico instável e das políticas implementadas pelos governos nacionais.

Com a tentativa de conter a crise internacional no Brasil entre o final de 2008 e início de 2010, milhares de brasileiros foram beneficiados com a redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na venda de automóveis. Esta redução de IPI para automóveis, eletrodomésticos e materiais para construção foi um dos grandes incentivos ao consumo criados pelo governo brasileiro para conter a crise econômica.

[...] para tanto, foi decisiva a intervenção do Estado acoplada com as políticas de cunho keynesiano/fordista, destacando‑se as modificações redistributivas no orçamento público: pelo lado do financiamento, a implantação de sistemas tributários mais justos tendo como base a cobrança de impostos diretos e progressivos; pelo lado dos gastos, destaca‑se, entre as políticas sociais, a edificação da seguridade social, articulando as políticas de seguros sociais, saúde e auxílios assistenciais [...] (SALVADOR, 2010, pág. 18)

A redução dos juros foi mais uma forma de estímulo ao crédito no país e ao investimento por parte das empresas, aumentando o consumo.

**1.1. CRISE E RECUPERAÇÃO DA CONFIANÇA**

Numa economia às escuras, a primeira vítima é a confiança. E a falta de confiança é um veneno para o mercado. Apesar das medidas fortes que os governos colocaram em pratica em toda a economia mundial, os mercados tiveram a ter uma falta de estimulo e confiança devido à dois grandes fatores: o enfraquecimento da hegemonia norte-americana nos anos 2000 não apenas devido aos déficits gêmeos mais também à guerra do Iraque, aos abusos contra os direitos humanos, e à instrumentação da democracia como forma de dominação. Outro grande fator seria o erro grave e pontual cometido pelo Tesouro norte-americano: não ter salvo o Lehman Brothers.

Mesmo as instituições sobreviventes se retraem. Em parte porque compartilham o clima de temor e desconfiança, em parte porque sua capacidade de empréstimo diminui quando seu capital se contrai. O resultado é que os bancos e financeiras passam a emprestar menos e empresas se vêem sem capital de giro para produzir, consumidores deixam de adquirir bens duráveis porque não há crédito, etc. A economia real começa a esfriar, o crescimento econômico se desacelera ou se transforma em contração, o desemprego cresce, e o risco de uma recessão séria se instala.

“O grau de perda de confiança do mundo nas suas instituições é sério” (Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico Mundial, Davos, 2009).

**2. AS FASES DA CRISE**

No final do século XIX, foi publicado um livro na Inglaterra chamado Lombard Street, em que se discutiu pela primeira vez o que fazer no caso de crises bancárias. Seu autor, Walter Bagehot, escreveu que uma crise como essa passa por três fases: o alarme, quando o público percebe que uma ou outra instituição está fragilizada e pode quebrar, o pânico, quando se desconfia que todo ou quase todo o sistema financeiro pode estar abalado, e a loucura, quando cada um se convence que não há mais salvação e é o salve-se quem puder.

Nesse esquema, os Estados Unidos, e, a partir dali, o mundo todo, podem estar no limiar entre o pânico e a loucura. Há muito tempo não se vivia uma situação tão perigosa e de desdobramento tão incerto. Os bancos ficaram sem chão ao perceber que a securitização das hipotecas estavam em grande risco.

**2.2 SECURITIZAÇÃO**

É o processo realizado por Companhias Securitizadoras que adquirem recebíveis com garantia imobiliária e os utilizam para lastrear a emissão de títulos imobiliários que podem ser negociados nos mercados financeiros e de capitais.

O processo permite aos detentores dos Recebíveis Imobiliários o acesso a recursos para recompor seu capital de giro e desenvolver novos empreendimentos sem a necessidade de aumentar seus endividamento junto ao mercado. Securitizar é transformar em títulos ativos que estão imobilizados. [(S.A., 2007).](#_bookmark18)

O processo operacional da securitização consiste na negociação entre empresa e investidores. A empresa originadora transfere seus direitos creditórios, que podem ser, títulos, cheques ou outro ativos, para um grupo de investidores e em troca recebe pagamento em moeda ou depósito bancário à [vista. (ALCAIRE, 2013)](#_bookmark12).

Para os investidores o retorno é bastante atrativo e ganharam espaço no mercado como opção para captação de recursos por parte das empresas, mas há risco se houver insolvência dos créditos que compõem os fundos, porque ao ceder os créditos aos fundos por venda perfeita e acabada, as empresas que deram origem às operações não são mais responsáveis pelos mesmos. No geral têm-se que arcar com as perdas. [(ALCAIRE, 2013)](#_bookmark12).

**2.2.1 Certificado de Recebíveis Imobiliário (CRI)**

É um título de crédito nominativo de renda fixa de longo prazo lastreado em créditos imobiliários emitidos exclusivamente por uma companhia securitizadora e constitui promessa de pagamento em dinheiro, que são vendidos aos investidores, que, em troca, recebem juros. [(SE-](#_bookmark19) [CURITIES, 2013).](#_bookmark19)

**2.3 CONSUMO E TAXA DE JUROS**

No mercado brasileiro, o consumo depende de uma série de motivações e questões que devem estar em evidência no mercado. Estas motivações e questões não estão atreladas somente a renda do sujeito, mas as verdadeiras expectativas que surge no mercado, bem como as reais taxas de juros que estão associadas ao crédito do consumidor, facilitação de aprovação de crédito, também sendo uma das questões importante a diminuição do juros da poupança, sendo que dependendo do gasto ou investimento não é viável guardar o dinheiro, o contrário colocar no mercado é mais viável.

[...] Suponha que alguém possua hoje R$ 100,00, podendo ou consumir ou poupar. Se a taxa real de juros, isto é, descontada a inflação, for 20% a.a., essa poderá daqui um ano, consumir R$ 120,00, ou seja, 20% a mais do que hoje. Agora, suponha-se que a taxa real de juros seja de 1% a.a.: se ela poupar os R$ 100,00, terá para consumir daqui a um ano R$ 101,00, ou seja, apenas 1% a mais de consumo. Percebe-se que no primeiro caso é muito mais atraente adiar o consumo do que no segundo caso. [...] (GREMAUD, 2011, pg. 134)

As taxas de juros reflete diretamente o consumo, considerando as vantagens que o consumidor percebe, já citado acima, partindo desse entendimento o governo toma medidas provisórias, abaixar as taxas de juros com o objetivo de aumentar o consumo, usando esse critério como umas das mais variadas ferramentas dispostas, são órgãos reguladores disposto pelo governo em atuar no mercado, interferindo quando julgar necessário, fazendo frente a mudanças no mercado econômico, com objetivo de combater a crise de 2008, mantendo o fluxo da economia, esse ato do Estado intervir no mercado é garantido pela nossa constituição brasileira, objetivando a segurança na esfera da nossa economia.

**2.4 LEGISLAÇÃO**

Para compreender melhor a função do estado na crise que se deu em 2008, devemos verificar a existência da forma de intervenção do estado que esta prevista na constituição de 1988.

De forma simples e objetiva, pode-se dizer que essa intervenção pode ser direta ou indireta (FILHO, 2006, p.465-466)

A intervenção indireta está prevista no art. 174 da Constituição federal, o mesmo desempenha o papel de disciplinar a economia quando necessário essa intervenção, fiscalizando e planejando a questão econômica do setor publico e privado

Por sua vez, a intervenção direta se dá prevista nos art.173 e art. 175 da constituição federal, através da competição com a iniciativa privada.

A intervenção do estado apresenta limites que são baseados nos princípios constitucionais que seriam a cidadania, dignidade da pessoa, valores sociais e a livre iniciativa.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para analisar a crise econômica na esfera internacional, necessitamos de uma análise acadêmica aprofundada nesse período de instabilidade.

Para conter a desaceleração da economia mundial em meio à crise financeira, os bancos centrais de alguns países estão reduzindo suas taxas de juros. Em 8 de outubro, Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, Suécia, China e o Banco Central Europeu reduziram suas taxas. Vinte e dois dias depois, o Federal Reserve, o banco central americano, voltou a cortar a taxa básica de juros do país. Com juro baixo, o dinheiro fica mais barato e, por consequência, o volume de crédito de um país cresce. Se o consumidor tem mais dinheiro, ele compra. Se ele consome, a empresa ganha dinheiro e mantém o emprego e os investimentos. O resultado esperado é a retomada do crescimento.

As medidas tomadas pelo Banco Central que geraram mudanças positivas para essa facilitação de crédito, visando incentivar o consumo injetando capital na economia, mantendo assim, o fluxo Econômico Brasileiro.

**REFERÊNCIAS**

Crédito. **Na contramão da crise**. Até onde vai esta crise. Exame, p. 17, Setembro, 2008.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. **Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito**. Revista Estudos Avançados. São Paulo: v. 23, n. 66, 2009

http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/02.pdf

PIMENTA, Ângela. Exame: Licença para gastar? **Em meio à onda global de ativismo do Estado no combate à crise, o governo brasileiro começa a flertar perigosamente com a irresponsabilidade,** São Paulo, p. 36-39, maio. 2009.

http://www.rep.org.br/PDF/113-8.PDF

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002008000300003&script=sci\_arttext

http://www.ppge.ufrgs.br/akb/clipping/9.pdf

1. Acadêmico do curso de Direito da UNISOCIESC - Turma DIR 111. E-mail: maanooela@gmail.com

   2 Acadêmico do curso de Direito da UNISOCIESC – Turma DIR 111. E-mail: marcos.a.souza@gmail.com

   3 Acadêmico do curso de Direito da UNISOCIESC – Turma DIR 111. E-mail: ricardo@vrmetais.com.br

   4 Acadêmico do curso de Direito da UNISOCIESC – Turma DIR 111. E-mail: zimermann1@live.com [↑](#footnote-ref-1)